

ID: 13424222	Jornal de Notícias	Fresgem 12504	Folha 8
Data: 24-03-2006		Para Portugal Ámbito: Informação Geral Período: Diária	Cores: Preto e Branco Área: 5,36x15,05 cm2 Corte: 1 de 1

**SOUTO MOURA****Tribunal Penal em debate na Católica**

O Procurador Geral da República, Souto Moura, e o Ministro da Justiça, Alberto Costa, inauguram hoje, na Universidade Católica, em,



Lisboa, uma conferência em que participam uma juíza do Tribunal Penal Internacional e o Procurador Luiz Moreno-Ocampo, que, pela primeira vez, se desloca a Portugal. Subordinada ao tema, "o Tribunal Penal Internacional e a transformação do Direito Internacional", esta conferência conta ainda com as intervenções do penalista Germano Marques da Silva e do juiz Paulo Pinto de Albuquerque. Em debate vão estar os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e o conflito de jurisdições.

ID: 13438214	Primeiro de Janeiro (O)	Temas: 21500 País: Portugal Áreas: Informação Geral Período: Diária	Página: 21 Cores: Cor Ano: 27/03/98 em2 Cores: 1 em 1	
Data: 25-03-2006				

Memorandum

NUM SÉCULO DE HORRORES, O MINISTRO DA JUSTIÇA FAZ APOLOGIA DAS VANTAGENS DO TRIBUNAL

“TPI é uma obra de civilização”

“Num século de horrores”, o ministro da Justiça falou da importância de um tribunal internacional capaz de julgar crimes contra a humanidade, quando não são julgados pelas jurisdições nacionais. Alberto Costa desvalorizou a não ratificação pelos Estados Unidos.

O ministro da Justiça considera o Tribunal Penal Internacional (TPI) como “uma verdadeira obra de civilização” e não de “um século de horrores” e desvalorizou a não ratificação pelos Estados Unidos, dizendo que, sem o TPI, Alberto Costa fala a experiência na abertura da Conferência Internacional do Tribunal Penal Internacional e da Organização do Direito Internacional, a decorrer até hoje na Universidade Católica de Lisboa.

Diante de uma plateia formada, sobretudo, por professores de Direito, Alberto Costa lembrou-se de um dos Hatos, Fátima, Rui Pires, Mao Tse Tung em pleno século XIX, apontando o TPI como uma “civilização humana” que, ao lado do direito da Constituição Europeia ou americana, assegura a defesa da humanidade e os crimes contra a humanidade. Questionado se o facto de os Estados Unidos não terem ratificado o TPI não fragiliza e invalida os seus poderes julgadores, o ministro respondeu que “não”, contrariando que “a importância tem mesmo que é possível o TPI começar a actuar e a resolver se de casos como os actualmente presentes em relação

a crimes de crimes não contra a humanidade”.

A recessão...

Os Estados Unidos recusaram-se a ratificar o TPI, invocando a recessão. Costa voltou a ser julgado e pelo crime que cometeu em 1976, em 1976, no mesmo ano, quando actualidade com as organizações no Alagoas e no Brasil.

Alberto Costa sublinhou que Portugal fez as alterações necessárias para a aderir ao TPI, tendo prometido uma ratificação internacional “recessão” para os países africanos de língua oficial portuguesa para que não pudessem sofrer os efeitos da recessão. Segundo o ministro, é “importante” verificar que o TPI está “apertado” e “preparado” para “reforçar”.

“Muito importante” que haja um tribunal internacional...

“Muito importante”, sendo “muito importante” que haja um tribunal internacional capaz de julgar crimes contra a humanidade.



Alberto Costa recepcionado pelo TPI (Tribunal Penal Internacional) durante a conferência internacional.

SUPREMO

Lista aprovada na quinta

O ministro da Justiça, Alberto Costa, e o procurador-geral, João Maria Costa, apresentaram a lista de nomes para o TPI, aprovada na quinta-feira, 25 de março, pelo Conselho Superior da Magistratura. Na chamada “lista de nomes para o TPI”, aprovada quinta-feira e discutida a 15 de dezembro, o ministro da Justiça (1976) e o procurador-geral (1976) foram aprovados. A lista de nomes para o TPI, aprovada quinta-feira, 25 de março, pelo Conselho Superior da Magistratura, aprovou a lista de nomes para o TPI, aprovada quinta-feira, 25 de março, pelo Conselho Superior da Magistratura. Na lista de nomes para o TPI, aprovada quinta-feira, 25 de março, pelo Conselho Superior da Magistratura, aprovou a lista de nomes para o TPI, aprovada quinta-feira, 25 de março, pelo Conselho Superior da Magistratura.

ID 13438325	Público	Fazem 81158	Página 18
Data 25-03-2006		País Portugal	Cores Preto e Branco
		Links Informação Geral	Área 4 M436 16 cm2
		País Data	Corte 1 de 1



TPI JUNTA JURISTAS EM LISBOA

Há poucos anos a humanidade não tinha uma instância judicial a quem recorrer em desespero de causa. Hoje, quatro anos depois da entrada em funcionamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), ela é "sujeito de direito internacional" - uma das grandes revoluções do pós guerra, disse ontem, em Lisboa, a jurista do fórum sediada em Haia, Sylvia Steiner.

A magistrada, que falava na sessão de abertura da Conferência Internacional "O Tribunal Penal Internacional e a Transformação do Direito Internacional", a decorrer na Universidade Católica, atribuiu a existência do TPI, já ratificado por mais de cem países, entre outros factores ao longo trabalho dos autores de convenções como a do genocídio e à "erosão gradual do domínio soberano" dos Estados.

Referindo-se aos tribunais *ad hoc*, desde logo o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, reconheceu que as críticas de que têm sido alvo são em geral "precedentes". Mas que isso não põe em dúvida a "legitimidade da comunidade internacional" em julgar os suspeitos de crimes contra a humanidade.

Sylvia Steiner sublinhou entre outras conquistas do TPI o regime de reparação das

vítimas dos crimes e chamou a atenção para a circunstância de os Estatutos de Roma instituidores da instância, de 1998, preverem a própria revisão passados 25 anos.

A conferência foi aberta pelo ministro da Justiça, Alberto Costa, que qualificou o tribunal como "uma verdadeira obra de civilização" no termo de "um século de horrores", e disse que Portugal, parte do tratado, vem promovendo uma acção "relevante" junto dos países africanos de língua oficial portuguesa tentando contrariar "pressões por parte de outros países", que não ciliou, no sentido contrário.

Os Estados Unidos, que se recusam a ratificar o tratado, temendo que os seus militares venham a ser julgados por crimes fora do território nacional, vêm aliciando países dependentes das suas ajudas para que façam o mesmo.

A jurista Paula Escarmela, outro dos oradores, falou sobre a inexistência de uma definição de "agressão", contestando porém a doutrina que defende que cabe ao Conselho de Segurança definir a acção. Outro jurista, Germano Marques da Silva, criticou a pena de prisão perpétua, mesmo tendo em conta a sua revisão ao fim de 25 anos, porquanto ela põe em causa o fim último de qualquer pena - a reabilitação do condenado.

Entre as várias intervenções agendadas para hoje está a do procurador do TPI, o jurista argentino Luis Moreno-Ocam-
po. ■ FERNANDO SOUSA

ID: 13436847	Jornal de Notícias	Folha 125504 País Portugal Área Informação Geral Perf. Data	Folha 8 Conte. Folha Branca Área 12 83427 24 cm2 Conte. 1 de 1
Data: 25-03-2006			



Justiça

TPI iniciou esta semana primeiro julgamento

► Debate na 'Católica' traz presidente do Tribunal Penal Internacional pela primeira vez a Lisboa



Alberto Costa quer que todos os PALOP adiram ao TPI

Clara Vasconcelos

Sylvia Steiner, juíza do Tribunal Penal Internacional, disse ontem, durante um debate promovido pela Universidade Católica e pela Procuradoria Geral da República, em Lisboa, que a credibilidade deste órgão jurisdicional dependerá da forma como conseguir demonstrar que é "imparcial, célere e justo".

Quatro anos após a sua criação, o TPI, com sede em Haia, na Holanda, tem em mãos o primeiro julgamento. Trata-se de um líder rebelde da República Democrática do Congo, Thomas Lubango, suspeito de crimes de guerra e contra a humanidade, cometidos em 2002. O arguido foi entregue ao TPI pelas autoridades do Congo, encontrando-se detido na prisão do tribunal e foi presente aos juízes esta semana, para uma primeira sessão que se dedicou a questões administrativas.

O TPI tem ainda em mãos duas investigações relativas à República Cento Africana e ao Uganda, bem como uma outra, em Dar-

fur, no Sudão, solicitada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. "Estamos agora a começar, todos os desafios estão lançados", disse a juíza brasileira aos jornalistas.

Sylvia Steiner evitou falar da não adesão ao estatuto de Roma, fundador do TPI, pelos Estados Unidos da América, preferindo lembrar que há cem estados que ratificaram esse tratado.

Também Alberto Costa, ministro da Justiça, desvalorizou a não adesão de George Bush, lembrando que, apesar disso, o TPI já mostrou que é possível actuar.

O ministro presidiu à sessão de abertura deste colóquio que termina hoje, anunciando ter assinado a constituição de uma rede judiciária entre os países africanos de língua oficial portuguesa e que o seu objectivo é conseguir com que todos estes estados adiram ao TPI.

Ao contrário de tribunais específicos para casos concretos, como o Tribunal Internacional para a ex-Jugoslávia onde estava a ser julgado Mitosevic, o TPI é uma estrutura permanente que se ocupa de crimes contra a humanidade e

